XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
23 a 27 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

JOVENS REFÉNS DA AUSÊNCIA: OS IMPACTOS SOCIAIS DO DOMÍNIO DE FACÇÕES EM COMUNIDADES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS

Livhian Maria Ribeiro Monteiro[1], Geórgia Oliveira Araújo[2]

Resumo: O presente trabalho acadêmico tem como tema os impactos sociais decorrentes do domínio de facções criminosas sobre a juventude que habita comunidades socialmente vulneráveis, sobretudo em razão da omissão estatal na garantia de direitos fundamentais básicos. A pesquisa parte da constatação de que a ausência de políticas públicas equitativas, especialmente nas áreas de segurança, educação, lazer e profissionalização, cria um ambiente propício para a atuação de organizações criminosas, que passam a exercer controle territorial e a oferecer, de forma ilusória, pertencimento e poder a jovens desassistidos. Diante disso, o objetivo geral do estudo é analisar os impactos do domínio de facções sobre os jovens de comunidades socialmente vulneráveis, articulando essa realidade à omissão estatal frente à efetivação de seus direitos fundamentais. Especificamente, busca-se compreender como as facções estabelecem relações de controle nessas comunidades, investigar os principais impactos sofridos por esses jovens, analisar o papel do Estado como órgão garantidor de desenvolvimento e segurança e fundamentar de que modo a articulação de atividades promotoras de cidadania pode atuar como medida preventiva à criminalidade. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, com natureza exploratória e descritiva, pautada em análise crítica e revisão bibliográfica, tendo como base teórica as contribuições de Silva (2006), Misse (2006), Costa (1996), Reale (2002) e a legislação brasileira, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude. Como resultados esperados, a pesquisa pretende evidenciar que a precariedade dos serviços públicos e a falta de oportunidades contribuem para a perpetuação das desigualdades socioeconômicas, tornando os jovens "presas fáceis" da criminalidade, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de políticas públicas integradas e de ações afirmativas como instrumentos fundamentais de prevenção. Conclui-se que a superação desse cenário exige a presença efetiva do Estado nas comunidades vulneráveis, não apenas por meio da segurança pública, mas especialmente pela garantia de direitos e pela promoção de condições dignas de desenvolvimento para a juventude.

Palavras-chave: Facções criminosas. Juventude. Omissão estatal. Direitos fundamentais. Políticas públicas.

[1] Universidade Regional do Cariri, email: livhian.ribeiro@urca.br
[2] Universidade Regional do Cariri, email: georgia.oliveira@urca.br